

INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO >

Policiais estupraram meninas durante intervenção no Rio, aponta relatório da Defensoria Pública

Relatos de moradores recolhidos pela Ouvidoria Externa do órgão sobre abusos praticados pelos militares passam por roubo, invasões de casas, tapas e xingamentos nas abordagens

ARTHUR STABILE (PONTE JORNALISMO)

Rio de Janeiro - 3 OUT 2018 - 18:08 CEST

Fuzileiros navais participam de operação na favela Kelson's, zona norte do Rio, em 20/2/18. FERNANDO FRAZÃO (AGÊNCIA BRASIL)

Moradores de favelas do Rio de Janeiro apontam uma série de violações praticadas por militares desde o início da [intervenção federal na segurança pública do Estado](#), assinada pelo presidente Michel Temer (MDB) em 16 de fevereiro de 2018. No [relatório](#) parcial Circuito de Favelas por Direitos, elaborado pela Ouvidoria Externa da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, os relatos registram roubos, invasões de casa, agressões físicas e até estupros.

Para a elaboração do documento, pesquisadores visitaram 15 comunidades da capital fluminense, com um total de 30 tipos diferentes de violações. As violências são divididas em cinco pontos: violação em domicílio, abordagem, letalidade provocada pelo Estado, operação policial e impactos. O trabalho registrou casos nos primeiros cinco meses de intervenção e tem a meta de continuar até totalizar 30 favelas visitadas.

MAIS INFORMAÇÕES

“Essa guerra não tem fim”: o lamento após ação sangrenta que

Em uma dessas invasões, teriam ocorrido os [estupros](#), conforme conta um morador: “Eles entraram numa casa que era ocupada pelo tráfico. Lá tinha dois garotos e três meninas. As meninas eram namoradas de traficantes. Era pra ser todo mundo preso, mas o que aconteceu é que os policiais ficaram horas na casa, estupraram as três meninas e espancaram os garotos. Isso não pode estar certo”. O

relatório não indica data ou local em que os crimes teriam ocorrido.

terminou com 13 mortos no RJ

Esse não é o único caso de [abuso sexual](#). Uma adolescente descreveu ter sido revistada com duas amigas por PMs homens, o que contraria a lei — o artigo 249 do Código de Processo Penal afirma que a busca em mulher será feita por outra mulher, se não importar retardamento ou prejuízo da diligência. “Ele vem revistar a gente, já gritando, chamando a gente de piranha, mulher de bandido, drogada. Vem empurrando e mexendo na gente. Eu sei que só mulher que pode revistar mulher, mas se nós não deixar [sic] leva tapa na cara”, relembra a jovem.

Opinião | Rio não é um caso perdido e a violência tem sim solução

Em outro caso, um casal passou por uma abordagem e o militar revistou a garota “de forma abusiva”. Segundo ela, o policial a respondeu quando questionado sobre a ação. “Se você fizer alguma coisa você vai presa por desacato, mas pra mim não pega nada porque eu sou autoridade”, relatou sobre a revista, feita em frente ao seu namorado.

Um vácuo de informações sobre a intervenção federal no Rio

Segundo Pedro Strozenberg, ouvidor-geral da Ouvidoria Externa da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, o resultado não surpreende pela violência em si, mas pelas pequenas violações se tornarem comuns. “Não é a novidade, uma surpresa em termos do que encontrou, a surpresa são os componentes de crueldade, a dinâmica e sistemática dos fatos. Até discutimos sobre diferenciar as comunidades, mas o que mais acontece é que em qualquer um dos 30 tipos de violações acontecem em qualquer uma delas”, aponta. “Esses casos mais violentos são em geral os mais destacados, um dos resultantes que falamos do trabalho é que a letalidade, o maior e mais grave problema, ela encobre e sombreia essa quantidade de violações cotidianas”, comentando sobre o caso de estupro citado no documento.

O estudioso exemplificou como a rotina das pessoas está comprometida pela violência estatal e vira algo natural.

“Conversamos com meninas de 8, 10 anos e elas narram as situações de tortura, de feridos, das mortes, onde se escondem em tiroteios com uma naturalidade... Vamos nas casas das pessoas, vemos onde ela está, as condições, é uma intrusão que fazemos. Hoje visitamos um casal jovem com dois filhos, o mais velho com 4 anos e a menina de 2 anos, e perguntei sobre tiroteio: ‘ah, a gente vai para o banheiro onde tem mais parede, menos risco de ser atingido’. Pedi para ver o banheiro: um ambiente minúsculo, eles ficam espremidos e, quando tem tiroteio de madrugada, os pais chegam no banheiro e o filho de 4 anos já está”, explica Strozenberg.

Agressões, roubos e militares drogados

O relatório da Ouvidoria Externa traz o roubo e abordagem violentas como outros abusos sofridos por moradores, além da própria letalidade policial, [como o caso de um garçom morto ao ter o guarda-chuva confundido com fuzil](#). Segundo o documento, a ação violenta mais comum dos militares é ofender ou dar “tapa na cara” das pessoas.

“O café da manhã do trabalhador que sai de madrugada às vezes é um tapa na cara”, explica um morador. “Aqui na rua que eles torturam o menino. Do lado da minha casa. Meus vizinhos foram ver o que tava acontecendo e um deles policiais disse: ‘por isso que vocês morrem’”, conta outra.

Alguns dos relatos dão conta de uma série de violências, como a entrada de militares em uma casa para usar o ar-condicionado, tomar iogurte da geladeira e o roubo de R\$ 1 mil. Outros contam que os roubos ocorrem com itens caros. “Eles [exército] ficam fiscalizando as motos, aí se tem alguém que tá sem o documento certinho eles pegam, as vezes jogam no rio. Às vezes ficam usando as motos de lá pra cá e depois a moto desaparece”, descreve.

Mais grave é o uso de drogas em trabalho, conforme registrado. “O caveira [militar] parou e colocou uma carreira de pó no capo do carro e mandou ver. Nunca vi ninguém cheirar e ficar endemoniado como aquele polícia. Antes ele estava passando sério e sem dá nem um tchum pra nós. Depois parecia um capeta”, conta um dos moradores, seguido de outro flagrante. “Ele [militar] ficava com uma garrafinha de guaraná e toda hora ficar colocando no nariz. Guaraná não se bebe pelo nariz, né,

dona?", disse.

Procurado pelo EL PAÍS, o Gabinete de Intervenção Federal afirmou que "todas as operações e ações realizadas visando combater a criminalidade são feitas dentro da legalidade objetivando proteger cidadãos e respeitar seus direitos".

Reportagem originalmente publicada no site [Ponte Jornalismo](#).

Adere a  **The Trust Project**

[Mais informação >](#)

ARQUIVADO EM:

[Intervenção federal](#) · [Administração militar](#) · [Rio de Janeiro](#) · [Violência policial](#) · [Estado Rio de Janeiro](#) · [Estupro](#) · [Ação policial](#) · [Agressões sexuais](#) · [Brasil](#) · [Violência](#) · [Polícia](#) · [Crimes sexuais](#) · [América do Sul](#) · [América Latina](#) · [Defesa](#) · [Força segurança](#) · [América](#) · [Problemas sociais](#) · [Política](#)



NEWSLETTERS

Receba a newsletter do Brasil

CONTENIDO PATROCINADO

Milionários exigem que...

(NEGÓCIO EM 21 DIAS)

Ex-BBB revela misterioso...

(NOTÍCIA HOJE)

20 Escândalos que o...

(DESAFIOMUNDIAL)

O segredo que os...

(EU QUERO INVESTIR)

Y ADEMÁS...

A tragicomédia...

(EL PAÍS)

"Haddad está no segundo...

(EL PAÍS)

Datafolha confirma...

(EL PAÍS)

O momento em que o...

(EL PAÍS)

Recomendado por



© EDICIONES EL PAÍS, S.L.

[Contato](#) | [Venda de Conteúdos](#) | [Publicidade](#) | [Aviso legal](#) | [Política cookies](#) | [Mapa](#) | [EL PAÍS no KIOSKOyMÁS](#) | [Índice](#) | [RSS](#)